



Eunício apresenta a ministro projeto que integra segurança

De acordo com o presidente do Senado, a proposta que institui o Sistema Integrado de Segurança Pública deve ser aprovada nas duas Casas do Congresso até o dia 20

Aminuta do projeto que institui o Sistema Integrado de Segurança Pública foi entregue ontem pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, ao ministro Raul Jungmann. De acordo com Eunício, até o dia 20 a proposta deverá estar aprovada tanto na Câmara quanto no Senado.

Eunício afirmou que quer fazer debates sobre a proposta com os governadores, porque são eles que atuam na segurança pública no dia a dia.

Jungmann, que chefiava a pasta da Defesa, assumiu

na terça-feira o cargo de ministro da Segurança Pública. Ele disse que o projeto servirá como base para se buscar a universalização do direito à segurança.

O ministro também confirmou presença na sessão temática sobre segurança pública, marcada para terça-feira no Plenário. Ele agradeceu aos senadores a aprovação do projeto que impede o contingenciamento de créditos orçamentários programados para o Fundo Penitenciário Nacional, proposta que foi agora enviada para a análise dos deputados. **3**



Eunício Oliveira (D) recebe o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, e apresenta minuta de projeto para a área

Janete de Araújo/Agência Senado



Plenário do Senado, durante votação dos projetos sobre convênios de cooperação do Brasil com países africanos e Secretaria-Geral Ibero-Americana

Plenário aprova três acordos internacionais de cooperação

O Plenário do Senado aprovou ontem três projetos que confirmam acordos de cooperação técnica firmados pelo Brasil com o Djibouti, país

no nordeste da África, com a União das Comores, país insular situado na costa oriental da África, e com a Secretaria-Geral Ibero-Americana.

Outra proposta aprovada pelos senadores trata da programação monetária para o terceiro semestre de 2017. **3**

Comissão aprova parceria Brasil-EUA sobre uso do espaço

Foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores acordo assinado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos para cooperação no uso pacífico do espaço. O texto segue para o Plenário. O primeiro acordo entre os dois países com esse objetivo, de 1996, expirou em janeiro. **4**



Senadora Ana Amélia foi relatora da proposta na Comissão de Relações Exteriores

Pedro Franco/Agência Senado



Vanessa Grazziotin (E) discute agenda prioritária com parlamentares

Senadoras apresentam lista de prioridades da bancada

A bancada feminina do Senado apresentou ao presidente da Casa, Eunício Oliveira, a lista com os projetos considerados prioritários

pelos senadoras. Entre as propostas, está a que garante proteção a gestantes e lactantes quanto a trabalho em local insalubre. **4**

Debatedores questionam MP que tributa fundos exclusivos

A medida provisória que muda a tributação dos fundos financeiros exclusivos — investimentos fechados, destinados a grandes clientes — poderá gerar ações

judiciais de investidores, afirmaram convidados de audiência pública. O evento foi promovido pela comissão mista responsável pela análise da MP. **2**



Amorim (D), presidente da comissão, e o relator, deputado Wellington

Gerardo Magela/Agência Senado

CPI do BNDES terá mais prazo para relatório **3**

Congresso criará comissões para análise de 12 MPs **2**

Centro de Tradições Gaúchas será homenageado **3**

Agricultor terá mais tempo para aderir ao Refis Rural **2**

MP sobre fundos exclusivos é questionada em audiência

Para especialistas, mudar forma de cobrança do IR sobre esses investimentos vai gerar ações na Justiça. Coordenador da Receita, porém, disse que medida não aumenta tributação e cria isonomia no mercado

A MEDIDA PROVISÓRIA que altera a tributação do Imposto de Renda sobre fundos financeiros exclusivos corre o risco de ser questionada na Justiça pelos investidores, afirmaram convidados de audiência pública promovida ontem pela comissão mista que analisa a proposta (MP 806/2017).

Destinados a grandes clientes, esses fundos, que são fechados, não admitem resgate de cotas durante o prazo de duração. Eles também não têm livre adesão e pagam Imposto de Renda apenas no encerramento. Com a MP, o tributo passa a ser cobrado semestralmente, como ocorre com outros fundos de investimento.

O diretor setorial da Comissão Executiva Tributária da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Carlos Pelá, lembrou que o investidor escolhe o que fazer com o dinheiro com base em uma regra jurídica que está posta.

— Essas mudanças trazem insegurança jurídica. Quando alguém pensa na rentabilidade do investimento, avalia o tratamento fiscal. E nesses fundos a tributação era só na liquidação.



Amorim (C) preside audiência com Pelá, Wellington, Mombelli e Mifano

É importante chegarmos a uma redação que dê segurança a investidores e gestores.

O advogado Flávio Mifano disse não ter dúvida de que o texto será alvo de questionamento. Segundo ele, há questões técnicas na MP que dão margem a disputa judicial.

O coordenador-geral de Tributação da Receita Federal, Fernando Mombelli, negou que a MP aumente a tributação sobre os fundos fechados. Segundo ele, haverá apenas mudança no momento de cobrança, o que vai gerar isonomia de tratamento com fundos mais comuns no mercado.

— A MP vai igualar a situação

desses fundos. Normalmente quem investe neles tem alto alto poder aquisitivo — disse Mombelli, explicando que o governo espera arrecadar pouco mais de R\$ 6 bilhões com a MP para o ano de 2019.

O relator, deputado Wellington Roberto (PR-PB), afirmou que a medida precisa de ajustes, que ele tentará fazer em conjunto com o governo:

— A equipe econômica se mostrou sensível ao debate. Vamos fazer um relatório justo para o governo e para investidores e administradores.

A comissão é presidida pelo senador Eduardo Amorim (PSDB-SE).

Regulação de transporte por aplicativos vai à sanção

Após mais de três horas de debates, os deputados aprovaram ontem duas das três emendas do Senado ao projeto de lei que regulamenta os serviços de transporte por aplicativos como Uber, Cabify e 99 POP. A proposta segue para sanção presidencial (PL 5.587/2016).

Com as alterações, ficam excluídas a necessidade de autorização prévia emitida pelo município e a obrigatoriedade de o motorista ser o proprietário do veículo, assim como a de usar placa vermelha.

A única emenda rejeitada pretendia retirar dos municípios a atribuição de regulamentar a atividade e também a exclusividade de fiscalização. Dessa forma, continua no texto a exclusividade dos municípios para regulamentar e fiscalizar esse tipo de serviço. Foram 283 votos contra a emenda e 29 a favor.

Com Agência Brasil e Agência Câmara

Lei prorroga prazo para adesão ao Refis Rural

Foi sancionada e publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a Lei 13.630/2018, que prorroga de 28 de fevereiro para 30 de abril o prazo final de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), também chamado de Refis Rural.

A lei tem origem na Medida Provisória 803/2017, aprovada na quarta-feira pela Câmara e depois pelo Senado.

O texto foi aprovado na forma de um projeto de lei de conversão da senadora Simone Tebet (PMDB-MS). A MP 803 faz alterações em outra medida provisória, a 793/2017, que perdeu a vigência sem ter sido votada no Congresso. O PRR permite o parcelamento, com descontos, de débitos de produtores rurais com a contribuição social de 2,1% sobre a receita bruta, destinada ao Fundo de assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

Serão instaladas semana que vem 12 comissões para analisar MPs

O Congresso Nacional instala na próxima semana comissões mistas para analisar 12 medidas provisórias.

A primeira delas (MP 808/2017) foi editada há 80 dias. O texto ajustou pontos da reforma trabalhista e já recebeu 967 emendas de senadores e deputados.

A medida mais recente (MP 819/2018) é do final de janeiro e ainda não recebeu emendas. O texto autoriza a União a doar R\$ 792 mil para ajudar no restauro da Basílica da Natividade, na Palestina.

As comissões mistas das MPs 808, 809, 810, 811, 812 e 813, todas editadas em 2017, serão instaladas na terça-feira, a partir das 14h30, na

sala 2 da Ala Nilo Coelho do Senado.

Na quarta-feira, serão instaladas as comissões das MPs 814, 815 e 816, de 2017, e 817, 818 e 819, de 2018. Logo em seguida, haverá a eleição de presidentes e vice-presidentes de cada novo colegiado.

Toda medida provisória precisa ser analisada por uma comissão formada por deputados e senadores.

Somente após ter um parecer aprovado pelo colegiado, a MP é votada no Plenário da Câmara dos Deputados e depois no Senado.

Quadro com resumo das novas MPs: <http://bit.ly/novasmpps>

Ana Amélia aponta contradições em entrevista de Lula

Ana Amélia (PP-RS) criticou ontem a entrevista do ex-presidente Lula ao jornal *Folha de S.Paulo* no dia 27.

Na entrevista, relatou Ana Amélia, Lula se diz vítima de injustiça no caso do triplex, em que foi condenado pelo juiz Sérgio Moro e pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Disse ainda acreditar na democracia, mas também esperar punição a esses servidores por condená-lo com base em “mentiras”. Para a senadora, é contraditório Lula dizer que acredita na democracia, mas não aceitar um resultado desfavorável a ele.



Roque de Sá/Agência Senado

Sérgio de Castro defende mudanças nos partidos políticos

Fundamental na formação e consolidação da democracia estadunidense, o associativismo

pode ser um caminho para aperfeiçoar os partidos políticos no Brasil, refletiu ontem Sérgio de Castro (PDT-ES). Associativismo é a reunião de pessoas ou empresas, sem fins lucrativos, em prol de um objetivo comum, prática que segundo o senador ainda é pouco adotada no país.

Outra medida importante seria, segundo Castro, a aprovação do PLS 60/2017, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que estabelece normas de *compliance* para as siglas.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Discursos

9h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Eunício: integração da segurança deve ser aprovada até o dia 20

O presidente do Senado entregou ao ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, a minuta do projeto de um sistema integrado a ser debatida com os governadores

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, entregou ontem ao ministro Raul Jungmann a minuta do projeto que institui o Sistema Integrado de Segurança Pública. De acordo com Eunício, a proposta deve estar aprovada tanto na Câmara quanto no Senado até o dia 20.

— Vamos receber sugestões, queremos fazer debates com os governadores. É natural que eles participem do projeto porque atuam no dia a dia. O Ministério da Segurança Pública, recém-criado, tem papel fundamental nisso.

Jungmann, que assumiu o Ministério da Segurança Pública, criado na segunda-feira por medida provisória, afirmou que o país já tem, ainda que com problemas, a universalização da saúde, do ensino fundamental, mas nada na área de segurança pública.

— O desafio é universalizar o direito à segurança e esse projeto é a base para que possamos atender a necessidade dos brasileiros de não terem medo de perder parentes ou viver encarcerados.

O ministro confirmou presença na sessão temática sobre segurança públi-



João de Araújo/Agência Senado

Ministro Jungmann diz a Eunício que projeto será base para universalizar a segurança

ca, marcada para terça-feira, no Plenário do Senado. Jungmann também agradeceu a aprovação pelos senadores do projeto que impede o contingenciamento de créditos orçamentários programados para o Fundo Penitenciário Nacional. O PLS 25/2014 — Complementar está na Câmara dos Deputados.

Plenário confirma três acordos internacionais

O Plenário aprovou três projetos de decreto legislativo que confirmam acordos de cooperação técnica do Brasil com outros países. Também foi aprovado o PDS 2/2018, que trata da programação monetária para o terceiro trimestre de 2017. As propostas seguem para promulgação.

O PDS 240/2017 trata do acordo com o Djibouti, país no nordeste da África, assinado em 2012. O parecer do relator, Lasier Martins (PSD-RS), foi favorável. Já o PDS 241/2017 aprova o texto do acordo de cooperação técnica com a União das Comores, país insular situado na costa oriental da África, assinado em 2011. O relator foi Pedro Chaves (PSC-MS).

Outro projeto aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica com a Secretaria-Geral Ibero-Americana, assinado em 2012 (PDS 242/2017). O relator foi Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A pedido de Lindbergh Farias (PT-RJ), foi adiada a votação do PDS 5/2018, que trata do acordo de céus abertos, sobre transportes aéreos, com os Estados Unidos, firmado em 2011. Segundo Lindbergh, não há consenso para votação.

RÁPIDAS

CPI DO BNDES GANHA MAIS PRAZO PARA CONCLUIR RELATÓRIO

Foi prorrogada até 23 de março a CPI que investiga irregularidades em empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais. O requerimento de prorrogação foi aprovado ontem em Plenário. A comissão ganhou mais prazo unicamente para conclusão do relatório e análise pelos membros da comissão, sem custos adicionais.

CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS RECEBERÁ HOMENAGEM

O Senado aprovou ontem realização de sessão especial em 23 de abril para comemorar os 70 anos do Centro de Tradições Gaúchas de Porto Alegre. Na mesma sessão, serão celebrados os 150 anos do Partenon Literário, os 80 anos da Sociedade Gaúcha da Lomba Grande e os 70 anos da Comissão Gaúcha de Folclore. A iniciativa é de Ana Amélia (PP) com apoio de Paulo Paim (PT) e Lasier Martins (PSD).

Requião critica intervenção no Rio de Janeiro

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou ontem a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro. Ele disse esperar que o Exército não use de repressão.

— Tenho a esperança de que eles se recusem a serem capitães do mato modernos a perseguirem os pobres do nosso país.

Ele pediu ainda que o Exército não ajude o “projeto de espoliação e de destruição do Estado social” do governo.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Lasier elogia primeiras ações do Exército no RJ

Lasier Martins (PSD-RS) avaliou ontem que o comando da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro tem acertado ao privilegiar em seus primeiros dias ações de prevenção e inteligência.

— Temos a apreensão de carregamento de armas, algumas detenções, indícios de deslocamento de criminosos. Tudo em um movimento que visa conter o fornecimento de equipamentos e munições destinados ao tráfico.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Para Lopes, apreensão de armas foi bom começo

Eduardo Lopes (PRB-RJ) destacou a apreensão recente de armas e munições como um ponto positivo da intervenção federal do Rio de Janeiro.

O senador citou a apreensão, pela Polícia Rodoviária Federal, de 12 fuzis, 33 pistolas, 106 carregadores, 1 granada e 40 mil munições em veículo que seguia em direção à capital fluminense.

Ele também defendeu a alocação de recursos financeiros para a intervenção.



Roque de Sá/Agência Senado

Elber quer apoio federal para segurança em SE

Elber Batalha (PSB-SE) disse ontem que, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, nove estados enfrentam mais dificuldades que o Rio de Janeiro na área de segurança. Segundo ele, Sergipe necessita de ajuda federal, não na forma de intervenção, mas com apoio financeiro e logístico.

— Sergipe ocupava, em 2016, o primeiro lugar do país em mortes violentas intencionais, com uma taxa absurda de 64 casos por 100 mil habitantes.



Gerardo Magela/Agência Senado

Regina: ONU vê retrocesso nos direitos humanos

Regina Sousa (PT-PI) citou ontem relatório da ONU sobre os direitos humanos no Brasil — uma avaliação do cumprimento das 240 recomendações da organização a 193 países — em que o país retrocedeu em muitos pontos, especialmente quanto ao sistema carcerário e aos índices de homicídio de mulheres, jovens negros e população LGBT.

— O Brasil assina todos os tratados, todas as convenções, mas não cumpre.



Roque de Sá/Agência Senado

Para Lindbergh, crescimento é “voo de galinha”

Lindbergh Farias (PT-RJ) chamou ontem de “voo de galinha e sem sustentabilidade” o crescimento de 1% verificado no produto interno bruto (PIB) em 2017.

Para o senador, o que o país vive no momento é uma estagnação, fruto de opções tomadas pelo governo de Michel Temer. Na quarta-feira, ele já havia criticado a política econômica do governo federal, tendo destacado o aumento do desemprego.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Randolfe contesta eficácia da reforma trabalhista

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) citou ontem dados que apontam o aumento do desemprego e do subemprego, criticando a reforma trabalhista. Para o senador, os números do IBGE mostram que o trabalhador ficou mais vulnerável e exposto à informalidade, situação que atinge principalmente mulheres, negros, jovens e pessoas de baixa escolaridade. Ele ainda chamou a atenção para a desigualdade regional na taxa de desemprego.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ana Amélia elogia STF por eliminar multas ambientais

Ana Amélia (PP-RS) considerou histórica a decisão do Supremo Tribunal Federal de manter o dispositivo do Código Florestal que elimina as multas para quem desmatou além do permitido até 2008.

Ela destacou que a medida não significa anistia nem moratória, pois o agricultor reconhece o dano feito ao meio ambiente e se compromete a fazer a compensação e, se não o fizer, a arcar com a multa.

Para a senadora, o STF mostrou respeito ao esforço do Senado pela aprovação do código.

Gleisi defende projeto que pune injúria por gênero

A aprovação no Senado de um projeto que criminaliza a injúria praticada por razões de gênero foi comemorada por Gleisi Hoffmann (PT-PR). A senadora é a autora do PLS 291/2015, que inclui no Código Penal, como agravante do crime, o fato de a injúria ser praticada com elementos de gênero. O texto segue para a Câmara.

— A lei por si só não garante nada, mas é pedagógica. À medida que vai sendo aplicada, o comportamento muda.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Para Paulo Rocha, classe média paga a conta do golpe

Paulo Rocha (PT-PA) afirmou que setores da elite fomentaram a crise no governo Dilma para depor a presidente e implantar o “Estado mínimo” no país. Segundo o senador, dados do IBGE mostram que a classe média é quem está pagando a conta do golpe.

— Enquanto os super-ricos recebem isenções fiscais, a classe média arca com mais impostos e sucessivos aumentos de gasolina, além de outros serviços.



Gerardo Magela/Agência Senado

Fátima cobra fim do teto de gastos no Orçamento

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) criticou ontem



em Plenário a Emenda Constitucional 95, que impôs o teto de gastos no Orçamento da União e diminuiu drasticamente os recursos para a educação.

— A agenda que este país mais precisa é a agenda da educação. O Plano Nacional da Educação, aprovado no Congresso, está totalmente ameaçado em função da PEC do Teto de Gastos, que simplesmente cortou dinheiro da educação.

Reguffe destaca emendas que beneficiam povo

Reguffe (sem partido-DF) informou que o Distrito Federal recebeu 23 novas ambulâncias para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).



O senador disse que, das 23 ambulâncias, 14 foram compradas a partir de uma emenda feita por ele ao Orçamento; outras 5, por emenda do deputado Ronaldo Fonseca (PROS-DF); e 4 foram doadas pelo Ministério da Saúde.

— Também destinei recursos para a reforma de escolas públicas e para hospitais.

Requião quer prazo para pedidos de vista em processos

Roberto Requião (PMDB-PR) informou anteontem ter apresentado projeto para regular os pedidos de vista em processos administrativos, judiciais e legislativos. Para o senador, o pedido tem sido usado de maneira desarrazoada. A proposta fixa um prazo de 20 dias, depois do qual o processo retorna automaticamente à pauta.

— Aprovadas as normas, findará o poder que tem sido tão amplamente utilizado de arquivar, engavetar matérias, em benefício ou prejuízo de partes interessadas.

Bancada feminina apresenta lista de projetos prioritários

Pauta levada pelas senadoras ao presidente do Senado pede inclusão do direito de comunicação na Lei Maria da Penha, proteção à gestante quanto a trabalho insalubre e reconhecimento da união estável como entidade familiar

AS SENADORAS LÍDICE da Mata (PSB-BA) e Rose de Freitas (PMDB-ES) entregaram ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, a lista com os projetos considerados prioritários pela bancada feminina do Senado. A pauta ganha força com as comemorações pelo Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, na próxima semana.

A relação de propostas foi examinada e aprovada em reunião da bancada feminina no gabinete de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora especial da Mulher. Foram priorizados o PLS 228/2017, que garante proteção a gestantes e lactantes em relação à prestação de trabalho em local insalubre, o PLC 18/2017, que inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher pela Lei Maria da Penha, e o PLS 612/2011, que altera o Código Civil para reconhecer a união estável como entidade familiar.

As senadoras também deliberaram sobre a sessão solene que marcará, no dia 7, a entrega do Diploma Bertha Lutz às deputadas que formaram a bancada feminina durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. As hoje senadoras Lídice, Rose de

Freitas e Lúcia Vânia (PSB-GO) e a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) serão homenageadas.

As senadoras decidiram solicitar uma audiência com o ministro Luiz Fux, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para debater a participação das mulheres na política.

Um requerimento de Rose de Freitas, com apoio unânime, foi

encaminhado à Mesa do Senado pedindo a instalação de sessão temática no dia 13 para discutir a inclusão, na base curricular nacional, da disciplina direitos humanos e cidadania, respeito mútuo entre meninos e meninas e adolescentes.

Veja a programação de março <http://bit.ly/mulheres2018>



Jô Moraes (C) preside painel de debate sobre atendimento a autor de agressão

Acompanhamento de agressor é defendido em evento

A realização de intervenções na população masculina para reduzir a violência contra a mulher e o feminicídio foi defendida ontem no Projeto Pauta Feminina. No evento, promovido pelas Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara, foi sugerido o atendimento psicossocial aos autores de violência, para evitar que eles voltem a agredir. O painel foi me-

diado pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e ouviu o doutor em psicologia clínica da Universidade de Brasília (UnB) Fabricio Guimarães, a professora de sociologia da UnB Lourdes Bandeira, o juiz do Tribunal de Justiça do DF Ben-Hur Viza, o promotor de Justiça Thiago Pierobom e o coordenador do Observatório da Mulher contra a Violência, Henrique Ribeiro.

Avança acordo Brasil-EUA para cooperação no espaço

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o texto do acordo assinado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos para a cooperação no uso pacífico do espaço. O texto (PDS 245/2017) segue para o Plenário.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), lembrou que o primeiro acordo entre os dois países com esse

objetivo, de 1996, expirou em janeiro. A formalização do novo acordo, disse, é necessária para que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica lancem um satélite de monitoramento do clima em parceria com a Nasa, a agência espacial norte-americana. O veículo deverá auxiliar

o Brasil na exploração marítima de petróleo, na agricultura de precisão e na navegação aérea.

De acordo com o texto, o objetivo do novo acordo é estabelecer estreita cooperação entre a Agência Espacial Brasileira e a Nasa em ações como a observação e o monitoramento da Terra e em sistemas de exploração.

Cidinho elogia prazo maior de adesão ao Refis

Cidinho Santos (PR-MT) comemorou a aprovação da



medida provisória que prorroga de 28 de fevereiro para 30 de abril o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, o Refis Rural.

Para o senador, a MP traz segurança, principalmente para os pequenos produtores rurais.

Cidinho também saudou a decisão do Supremo Tribunal Federal que manteve a anistia concedida pelo Código Florestal a donos de terra que desmataram mais do que o permitido até 2008.

Paim lamenta fechamento de órgão do BC

Em discurso ontem, Paulo Paim (PT-RS) se disse



preocupado com o fechamento do departamento responsável pela circulação de moedas no Rio Grande do Sul pelo governo federal.

Segundo Paim, esse desmonte pode ser o início da redução dos serviços prestados pelo BC à sociedade gaúcha. Na quarta-feira, ele elogiou a aprovação em Plenário do projeto que cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e os respectivos conselhos regionais.

Hélio José lamenta demora na instalação de CPI

O senador Hélio José (Pros-DF) lamentou ontem a demora na instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a real situação da Eletrobras e o processo de privatização da estatal.

Ele protocolou o pedido de criação da CPI no início de fevereiro, mas o requerimento, que já conta com as assinaturas necessárias, ainda não foi lido pelo presidente do Senado, o que impede a instalação.



Medeiros celebra nova universidade em Mato Grosso

José Medeiros (Pode-MT) comemorou, em Plenário, a criação da Universidade Federal de Rondonópolis, em Mato Grosso. O senador disse que o estado está em pleno desenvolvimento e não pode viver eternamente da venda de commodities, como soja e outros grãos.

A nova unidade de ensino foi aprovada pelo Senado no dia 27 e seguiu para a sanção do presidente Michel Temer.



Maria do Carmo pede atenção a doenças raras

Portadores de doenças raras podem viver anos sem o diagnóstico correto e sem o apoio necessário do governo. O alerta é de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que destacou a passagem, na quarta-feira, do Dia Mundial das Doenças Raras.

A senadora lamentou as mortes recentes de pacientes de doenças raras por falta de acesso a medicamentos.

— A falta de assistência em tempo hábil resulta em mortes — lamentou.



Elber registra homenagem a ex-procurador de SE

O senador Elber Batalha (PSB-SE) registrou ontem a homenagem feita pelo Ministério Público de Sergipe ao ex-procurador-geral do estado José Gilton Pinto Garcia.

O parlamentar informou que o advogado, professor e político sergipano recebeu nesta semana, do Colégio de Procuradores de Justiça do estado, o Colar do Mérito Tobias Barreto. A comenda é conferida a personalidades ou instituições que tenham contribuído para o aperfeiçoamento do Ministério Público.

Raupp comemora voto do STF sobre Código Florestal

A decisão do STF em favor da constitucionalidade do novo Código Florestal e da manutenção das regras de regularização ambiental das propriedades rurais foi elogiada por Valdir Raupp (PMDB-RO). Segundo o senador, o entendimento do STF leva segurança jurídica à produção rural.

Uma decisão contrária do STF poderia tornar inviável a permanência de mais de 4 milhões de produtores rurais no campo, afirmou.

